

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012**



Maringá – Pr., 23 de fevereiro de 2015.

Aos
Administradores e Conselheiros do
OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ
Maringá - PR

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas., **Relatório dos Auditores Independentes**, sobre as demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2013.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4 e 5
Balço Patrimonial.....	6
Demonstração do Superávit ou Déficit do período.....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social.....	8
Demonstração dos Fluxos de Caixas (Método Indireto).....	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	10 a 18

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Conselheiros da
OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ
Maringá - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis do **OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit do exercício, das mutações do patrimônio líquido social e dos fluxos de caixas, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração

A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Sociedades Sem Fins Lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ** em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, aplicáveis às Sociedades Sem Fins Lucrativos.

Maringá – Pr, 23 de fevereiro de 2015.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2013	2012	PASSIVO	Nota	2013	2012
CIRCULANTE		157.681,69	239.928,06	CIRCULANTE		52.692,04	77.214,11
Disponibilidades		148.495,00	34.521,45	Empréstimos particulares		-	30.000,00
Caixa		528,69	987,27	Fornecedores		-	1.977,24
Bancos c/movimento	04	147.966,31	33.534,18	Obrigações tributárias		1.843,55	3.825,11
Outros créditos	05	8.963,48	2.603,88	Obrigações sociais e trabalhistas	09	50.048,49	37.324,28
Adiantamentos a fornecedores		-	1.031,00	Contas a pagar		-	2.537,83
Adiantamentos a funcionários		6.784,91	1.572,88	Cheques em cobrança		800,00	1.549,65
Tributos a recuperar		2.178,57	-				
Estoques		-	202.591,72				
Despesas pagas antecipadas		223,21	211,01				
NÃO CIRCULANTE		35.316,98	55.454,03	PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL	10	140.306,63	218.167,98
Outros créditos	05	359,10	359,10	Fundo patrimonial		140.306,63	218.167,98
Investimentos	06	10.947,15	9.904,11				
Imobilizado	07	19.838,35	40.500,72				
Intangível	08	4.172,38	4.690,10				
TOTAL DO ATIVO		192.998,67	295.382,09	TOTAL DO PASSIVO E PATR.SOCIAL		192.998,67	295.382,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	Nota	2013	2012
RECEITAS DA ATIVIDADE		225.880,85	539.852,49
Doações entidades privadas		169.558,28	160.909,00
Doações entidades públicas		-	261.409,72
Eventos e promoções		-	-
Parcerias		-	10.000,00
Receitas financeiras		-	763,24
Outras Receitas	11	56.322,57	106.770,53
(-) ABATIMENTOS		(18.168,82)	-
= SUPERÁVIT BRUTO		207.712,03	539.852,49
DESPESAS DA ATIVIDADE		(281.004,93)	(394.070,52)
Despesas trabalhistas	12	(227.457,77)	(301.847,70)
Despesas gerais		(52.068,23)	(90.073,16)
Despesas bancárias		(500,33)	(465,58)
Despesas tributárias		(978,60)	(1.684,08)
Superávit/déficit do exercício		(73.292,90)	145.781,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Em 31 de dezembro
 (Valores expressos em reais)

Descrição	Fundo patrimonial	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2008	331.842,00	-	331.842,00
Déficit do exercício	-	(192.689,66)	(192.689,66)
Apropriação do déficit	(192.689,66)	192.689,66	-
Em 31 de dezembro de 2009	139.152,34	-	139.152,34
Superávit do exercício	-	64.608,11	64.608,11
Apropriação do superávit	64.608,11	(64.608,11)	-
Em 31 de dezembro de 2010	203.760,45	-	203.760,45
Déficit do exercício	-	(131.374,44)	(131.374,44)
Apropriação do déficit	(131.374,44)	131.374,44	-
Em 31 de dezembro de 2011	72.386,01	-	72.386,01
Superávit do exercício	-	145.781,97	145.781,97
Apropriação do superávit	145.781,97	(145.781,97)	-
Em 31 de dezembro de 2012	218.167,98	-	218.167,98
Déficit do exercício	-	(73.292,90)	(73.292,90)
Apropriação do déficit	(73.292,90)	73.292,90	-
Ajuste de exercícios anteriores	(4.568,45)	-	(4.568,45)
Em 31 de dezembro de 2013	140.306,63	-	140.306,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICITO
 Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Valores expressos em reais)

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		
Superávit/Déficit do exercício	(73.292,90)	145.781,97
Depreciação e amortização	(1.171,73)	12.153,77
Redução/Aumento dos Outros créditos	(6.359,60)	10.859,51
Estoques	202.591,72	(202.591,72)
Despesas de Exercício Seguinte	(12,20)	(211,01)
Aumento dos Empréstimos	(30.000,00)	30.000,00
Aumento dos Fornecedores	(1.977,24)	1.127,68
Aumento/Redução das Obrigações tributárias	(1.981,56)	3.079,93
Aumento/Redução das Obrigações sociais e trabalhistas	12.724,21	(11.462,51)
Aumento/Redução do Contas a pagar	(2.537,83)	(8.306,81)
Aumento/Redução dos cheques em cobranças	(749,65)	-
CAIXA GERADO/TOMADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	97.233,22	(19.569,19)
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS		
Aumento dos investimentos	(1.043,04)	(2.246,36)
Aumento do imobilizado	22.351,82	(2.128,00)
Aumento do intangível	-	-
CAIXA TOMADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	21.308,78	(4.374,36)
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS		
Ajustes de exercícios anteriores	(4.568,45)	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(4.568,45)	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA GERADO/TOMADO NO EXERCÍCIO	113.973,55	(23.943,55)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	34.521,45	58.465,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	148.495,00	34.521,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OBSEVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

O **OBSEVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ**, cuja missão é promover ações que proporcionem à sociedade a coesão social por meio da vivência da ética e da cidadania, tem por objetivo despertar no cidadão a consciência sobre seus direitos e deveres como tal, estimulando-o ao exercício da cidadania em seu ambiente de trabalho, ou por meio do voluntariado nos projetos da área de educação, esporte, políticas sociais e observatório social, nos quais são reforçados o comportamento ético e responsável para a construção de uma sociedade mais justa.

O **OBSEVATÓRIO** foi declarado uma entidade de utilidade pública pelo Governo do Estado do Paraná, por força da Lei Estadual no. 16.613, de 22 de novembro de 2010, que reconheceu nos projetos desenvolvidos nas diversas áreas, uma série de contribuições voltadas para o bem comum da sociedade paranaense.

Em 15 de março de 2010 o **OBSEVATÓRIO** tornou-se interveniente-executora em convênio assinado entre a concedente Finep – Financiadora de Estudos e Projetos e a conveniente-executora UEM – Universidade Estadual de Maringá, no valor de R\$ 475.000,00 (Quatrocentos e setenta e cinco mil reais) no projeto “Rede de Observatórios Sociais: Estratégias para a construção da cidadania fiscal e exercício do controle social”. O objetivo é disseminar os conceitos e práticas de Cidadania Fiscal por meio de consolidação e expansão da Rede de Observatórios Sociais e de ações de Educação Fiscal, bem como, sistematizar e difundir práticas de atuação em Educação Fiscal e no Controle Social que possam ser reaplicadas como forma de melhorar a transparência e a qualidade na aplicação dos recursos públicos. Por meio desse convênio, a UEM cederá equipamentos adquiridos e auxiliará com pagamento de despesas para uso do **OBSEVATÓRIO** nos projetos que integram as estratégias para a consolidação e expansão dessa rede de observatórios.

02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do **OBSEVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ** foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem:

- ➔ Os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”);
- ➔ As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis as Sociedades Sem Fins Lucrativos; e a
- ➔ Lei das Sociedades por Ações, no que couber.

03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao bem são transferidos para o beneficiário.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

A Empresa revisa estas premissas e estimativas por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras.

c) Ativos circulante e não circulante

- **Disponibilidades**

Estão representadas por valores em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição deduzido da respectiva, depreciação.

A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens.

- **Redução ao valor recuperável**

Os ativos imobilizados têm o seu valor recuperável testado por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, caso haja indicadores de perda de valor.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Entidade não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

- **CPC 27 – Ativo Imobilizado**

A avaliação do ativo imobilizado da empresa foi efetuada em de acordo com as determinações do CPC 27 – Ativo Imobilizado, onde não houve acréscimos relevantes para serem contabilizados.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

d) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f) Imposto de renda e contribuição social

De acordo como art. 174 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99, estão isentos dos impostos as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoal a que se destinam sem fins lucrativos.

g) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

04 – BANCOS CONTA MOVIMENTO

A composição na data base era a seguinte:

Instituição financeira	c/c	2013	2012
Sicoob Metropolitano	5.230-2	7.994,33	5.321,18
Sicoob Metropolitano	56.688-8	139.971,98	28.213,00
Total		147.966,31	33.534,18

05 – OUTROS CRÉDITOS

A composição na data base era a seguinte:

Outros créditos	2013	2012
Circulante	8.963,48	2.603,88
Adiantamentos a fornecedores	-	1.031,00
Adiantamentos a funcionários	6.784,91	1.572,88
Impostos a recuperar	2.178,57	-
Não Circulante	359,10	359,10
Títulos a Receber	359,10	359,10
Total	9.322,58	2.962,98

O valor de adiantamento a funcionários refere-se a adiantamentos de férias concedidos no mês de dezembro aos funcionários da entidade.

06 – INVESTIMENTOS

O valor de R\$ 10.947,15 (R\$ 9.904,11 em 31/12/2012) refere-se ao saldo da conta capital mantido junto a Cooperativa de Crédito Sicoob Metropolitano Maringá.

07 – IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado na data base era a seguinte:

Bem	Tx.anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
				2013	2012
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% e 20%	20.979,00	(19.445,67)	1.533,33	2.675,23
Móveis e Utensílios	10%	21.272,88	(11.973,04)	9.299,84	11.427,13
Instalações	10%	10.250,00	(4.356,30)	5.893,70	6.918,70
Equipamentos de Informática	20%	7.365,10	(14.948,35)	(7.583,25)	3.794,05
Veículos	20%	24.954,38	(14.259,65)	10.694,73	15.685,61
Total		84.821,36	(64.983,01)	19.838,35	40.500,72

A depreciação em 2013 totalizou R\$ 1.689,45 e foi calculada pelo método linear com base na expectativa de vida útil econômica dos bens.

As aquisições do ativo imobilizado durante o ano de 2013 totalizam R\$ 1.815,00 registrados na conta de equipamentos de informática.

Destacamos os bens adquiridos no exercício como segue:

Data	Descrição	Valor
06/11/2013	Scanner HP L2737A Scanjet	1.815,00
Total		

As baixas do ativo imobilizado durante o ano de 2011 totalizam R\$ 12.540,82 registrados na conta de equipamentos de informática.

Destacamos as baixas no exercício como segue:

Baixa	Descrição	Valor
05/11/2013	Notebook Toshiba Satellite	5.628,00
31/07/2013	PC Intel P4 2.8	4.470,00
31/07/2013	PC Intel P4 3.0	2.442,82
Total		12.540,82

08 – INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível na data base era a seguinte:

Bem	Tx.anual de amortização	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Saldo líquido	
				2013	2012
Softwares - sistema operacional	20%	5.613,00	(5.591,86)	21,14	539,10
Marcas		4.151,00	-	4.151,00	4.151,00
Total		9.764,00	(5.591,86)	4.172,14	4.690,10

A amortização em 2013 totalizou R\$ 517,72 e foi calculada pelo método linear com base na expectativa de amortização dos ativos intangíveis.

09 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A composição das obrigações em 31 de dezembro de 2013 era a seguinte:

Obrigação	2013	2012
Com pessoal	6.464,59	1.904,86
Previdenciárias	4.175,13	5.219,44
Com provisões de férias	39.408,77	30.199,98
Total	50.048,49	37.324,28

As obrigações com provisões de férias também estavam acrescidas dos encargos sociais INSS, FGTS e PIS e foi calculada considerando o período aquisitivo de cada funcionário.

10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL

O patrimônio líquido social é composto pelo Fundo Patrimonial que é formado por doações patrimoniais, acrescido do superávit e déficit acumulados nos exercícios, destinado, conforme estatuto social, à manutenção dos objetivos da associação.

11 – OUTRAS RECEITAS

As outras receitas estavam assim compostas:

Descrição	2013	2012
Gratuidades com voluntariados	46.038,00	88.920,00
Outras receitas	10.284,57	17.850,53
Total	56.322,57	106.770,53

A Entidade com base nas orientações proferidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC reconheceu na demonstração do resultado do exercício, as despesas pelo valor justo dos serviços prestados voluntariamente nos projetos promovidos pela Entidade.

Em contrapartida, foram reconhecidas como receitas, à gratuidade dos serviços voluntários em prol da Entidade.

12 – DESPESAS TRABALHISTAS

As despesas trabalhistas estavam assim compostas:

Descrição	2013	2012
a. Despesas trabalhistas da Entidade		
Salários e ordenados	117.905,98	132.971,63
Encargos sociais	43.585,62	64.465,18
Outros	32.618,17	15.490,89
Total	194.109,77	212.927,70
b. Outras despesas trabalhistas		
Gratuidades – voluntários	33.348,00	88.920,00
Outras despesas - gratuidades	-	-
Total	33.348,00	88.920,00
Total	227.457,77	301.847,70

O valor registrado na conta de gratuidades – voluntários referem-se aos serviços prestados voluntariamente e registrado em conformidade com as orientações proferidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, conforme demonstrado na nota explicativa no. 13.

13 – DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT – POR PROJETO

A demonstração do superávit ou déficit por projeto está demonstrada a seguir:

Projeto	Receitas	Despesas			Resultado
		Administrativas	Tributárias	Financeiras	
Administração	-	(19.608,62)	-	-	(19.608,62)
Observatório Social Autônomos	212.740,03	(265.057,60)	(978,60)	(500,33)	(53.796,50)
Educação e Cultura	4.692,00	(3.554,78)	-	-	1.137,22
Esporte e Lazer	-	(1.025,00)	-	-	(1.025,00)
Político e Social	-	-	-	-	-
Música e Poesia	1.536,00	(1.536,00)	-	-	-
Total	218.968,03	(290.782,00)	(978,60)	(500,33)	(73.292,90)

14 – DOAÇÕES RECEBIDAS

A Entidade mantém parcerias com diversas empresas e órgãos de classe de Maringá, que contribuem mensalmente com quantias destinadas à manutenção das atividades operacionais. As doações e demais rendimentos derivados destas são integralmente investidos nos projetos, eventos e demais atividades da Entidade.

As doações compostas pelos colaboradores estão demonstradas a seguir:

Colaboradores	Tipo	R\$
a. Doações Públicas		
Receita Federal do Brasil	Doação de mercadoria	8.628,28
Total		8.628,28
b. Doações Privadas		
ACIM - Assoc. Coml. E Empresarial de Maringá	Doação de recursos financeiros	37.680,00
CEI - Centro Educacional Integrado Ltda.	Doação de recursos financeiros	1.300,00
Cocamar - Coop. Agroindustrial	Doação de recursos financeiros	50.000,00
Coop. Crédito Livres Admissão de Maringá - Sicredi	Doação de recursos financeiros	18.000,00
Instituto Sicoob Pr.	Doação de recursos financeiros	3.600,00
Sicoob Metropolitano	Doação de recursos financeiros	32.400,00
SINEPE/Sind. Dos Estabelec. Partic. de Ensino do Noroeste do Est. do Paraná	Doação de recursos financeiros	5.950,00
Sivamar Sind. Dos Lojistas do Com. E do Com. Varejista de Maringá e Região	Doação de recursos financeiros	12.000,00
Total		160.930,00
Total		169.558,28

As doações da Receita Federal do Brasil são de mercadorias apreendidas no processo de fiscalização, que foram posteriormente vendidas pelo bazar do **SER** e os recursos financeiros depositados na conta corrente da Entidade.

15 – BENS CEDIDOS EM COMODATO

A Entidade mantém registrado nas contas de compensação o valor de R\$ 24.947,00 a título de bens cedidos e recebidos em comodato.

A composição dos bens cedidos e recebidos em comodato está a seguir demonstrada:

Bem	Entidade comodante	Entidade comodatária
01 impressora laser, modelo laserjet 1010, marca HP	SER Maringá	UEM
10 projetores OM-380	SER Maringá	UEM
10 projetores OM-300 20T-18	SER Maringá	UEM
01 disp.12 canais positivos	SER Maringá	UEM
01 rack 12 canais	SER Maringá	UEM
01 cabo manga 09x24 150V com conectores 25 mts	SER Maringá	UEM
01 notebook toshiba satélite A60 S-1561	SER Maringá	UEM
01 projetor multimídia sony DS-100	SER Maringá	UEM
01 microcomputador pentium core 2 duo 2.2 GHZ	COCAMAR	SER MARINGÁ

16 – POLÍTICAS ADOTADAS NA COMPOSIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e saldo em bancos (Disponibilidades)	148.495,00	34.521,45
Equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	148.495,00	34.521,45

- **Disponibilidades:** compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis
- **Equivalentes de caixa:** são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A Entidade dispõe de uma política corporativa para o gerenciamento de caixa e equivalentes de caixa que estabelece as diretrizes, procedimentos e responsabilidades nas tomadas de decisão em conformidade ao plano estratégico e às boas práticas administrativas.

Essa política permite à alta administração identificar o comprometimento do capital, bem como, visa garantir:

- ▶ Liquidez da Entidade;
- ▶ Minimização do risco financeiro; e
- ▶ Adequado retorno do capital investido.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo, em derivativos, ações ou quaisquer outros ativos de risco.

17 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Entidade não possui contingências passivas de natureza tributária, trabalhista ou civil na data das demonstrações contábeis.
